

Entre florestas e as fronteiras:
as paisagens do oeste de
Santa Catarina nas décadas
de 1920 a 1960

Between forests and frontiers:
the landscapes of the west of
Santa Catarina in the 1920s
to 1960s

Entre bosques y fronteras: los
paisajes del oeste de Santa
Catarina en las décadas de
1920 a 1960

Marlon Brandt¹
Samira Peruchi Moretto²



Resumo: O oeste de Santa Catarina era ocupado por grupos indígenas e por caboclos até a chegada de outros migrantes e imigrantes, no século XX. Os espaços ocupados por campos e florestas foram descritos como sertões, por não abrigarem uma prática agrícola convencional à sua época. O objeto do presente artigo é analisar os usos e o processo de ocupação das áreas florestais do oeste de Santa Catarina de 1920 a 1960, quando se verifica o “fechamento” dessa fronteira. Para isso, analisou-se uma variada tipologia de fontes, em diálogo com a História Ambiental. O avanço da colonização foi responsável pela diminuição dos espaços dominados pela floresta, que passam a ser ocupados pela agricultura e pela criação de animais. Ambos foram os principais elementos responsáveis pela formação e consolidação do setor agroindustrial na região. **Palavras-chave:** paisagem; fronteira; caboclos; colonização; sertões; oeste de Santa Catarina.

Abstract: The west of Santa Catarina was occupied by indigenous groups and caboclos until the arrival of other migrants and immigrants in the 20th century. The spaces occupied by fields and forests were described as “sertões” (wilderness), as they did not have a suitable agricultural practice at the time. The object of this article is to analyze the uses and occupation process of forest areas in western Santa Catarina from 1920 to 1960, when this frontier was “closed”. For this, a varied typology of sources was analyzed, in dialogue with the precepts of environmental history. The advance of colonization was responsible for the reduction of spaces dominated by the forest, which is now occupied by agriculture and animal husbandry. Both were the main elements responsible for the formation and consolidation of the agro-industrial sector in the region. **Keywords:** landscape; frontiers; caboclo population; colonization; sertões; west of Santa Catarina.



Introdução

Quando Léo Waibel percorreu o Sul do país para escrever duas de suas mais conhecidas obras de geografia agrária no país – os artigos *Princípios da colonização europeia no Sul do Brasil* (1949) e *Zonas Pioneiras do Brasil* (1955), ambos publicados na Revista Brasileira de Geografia – o processo de colonização do Oeste catarinense estava em pleno desenvolvimento, “semeando povoados ao longo de estradas e rios, na direção norte, onde está o sertão desabitado” (Waibel, 1949, p. 18). Embora a quase totalidade das terras já fosse alvo da apropriação privada por companhias colonizadoras³, nos interstícios das linhas e núcleos coloniais, ainda dominados por vastas extensões de floresta, residiam diversas famílias caboclas⁴, que viviam da agricultura para consumo próprio e atividades como a extração da erva-mate, cuja produção era escoada para a Argentina, e a criação de porcos soltos na floresta, para o comércio local e consumo próprio. Moradores estes que, para Waibel (1955, p. 5), “criaram uma paisagem que por longo tempo não era, nem terra civilizada nem mata virgem, e para o qual aqui se tem a expressão muito feliz de ‘sertão’”⁵.

Dessa forma, é necessário, também, observar a própria conotação dada aos moradores locais. O termo “caboclo” (Brandt; Moretto, 2022) não é um conceito homogêneo e varia amplamente de acordo com a região do Brasil. A palavra “caboclo” estava, na época em que Waibel escreveu os artigos, geralmente associada a características depreciativas, como pobreza, isolamento social, preguiça ou criminalidade. Normalmente, esses sujeitos eram habitantes de áreas florestais e não praticavam a agricultura de acordo com os ensejos para venda de sua produção. Além disso, os discursos que permeavam as décadas de 1940 e 1950 traziam a questão da ocupação e dos desmatamentos como algo benéfico, sem ser dimensionado. Nesse contexto, Sandro Dutra e Silva (2018, p. 35) afirmou que são “palavras de ordem que não expressavam apenas a consciência de escritores, ideólogos, políticos e jornalistas, mas o imaginário social de uma geração que admitia regozijar-se em ver o mundão de árvores arrancadas” e as terras ocupadas.

Leo Waibel estava em sintonia com a produção geográfica da época, uma vez que se preocupava em registrar o espaço de fronteira no sentido econômico do que ele denomina como “zona pioneira”, que seria “uma zona, mais ou menos larga, que se intercala entre a mata virgem e a região civilizada” (Waibel, 1955, p. 4), bem como a incorporação desse espaço à economia, e “a paisagem cultural criada pelo colono” (Waibel, 1949, p. 4), convertendo esse espaço em lavouras comerciais, cidades e estradas, por exemplo, o que, para o autor, seria a “região civilizada”. Nesses estudos, eram deixadas de lado as populações pretéritas a esse processo, que habitavam esses “sertões” ou mesmo as situações de encontros, desencontros e conflitos de diferentes concepções de vida e visões

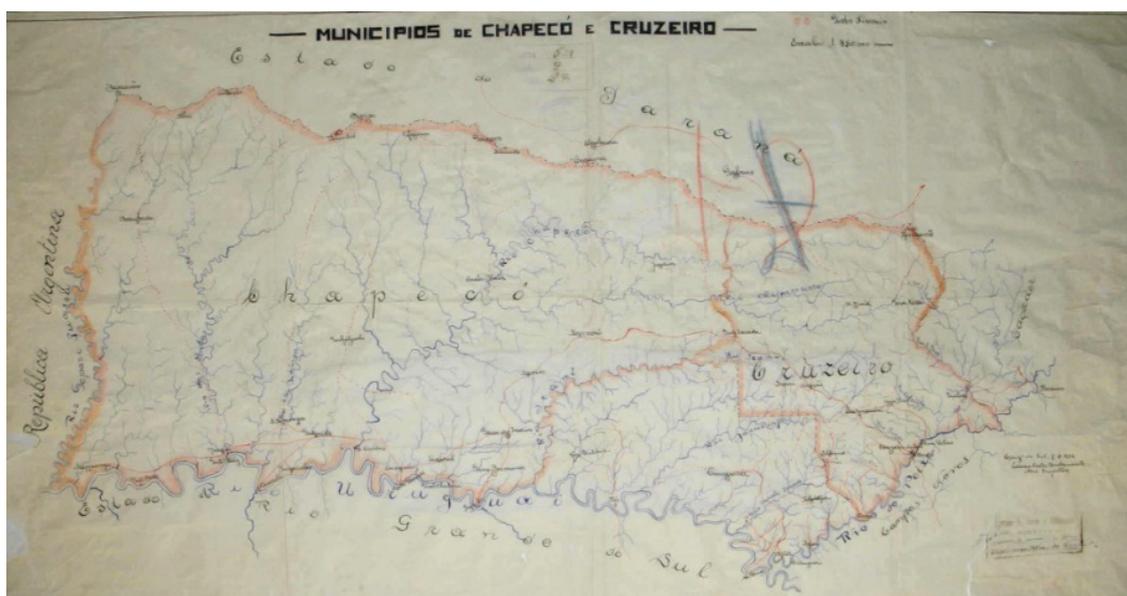


de mundo entre caboclos e esses novos habitantes. Esse espaço, onde, para Paul Little (2002, p. 4), a “expansão de um grupo social, com sua própria conduta territorial, entra em choque com as territorialidades dos grupos que residem aí”, pode ser entendido como uma fronteira. A fronteira, para José de Souza Martins (1996, p. 27), seria “*essencialmente o lugar da alteridade*. É isso o que faz dela uma realidade singular. À primeira vista, é o lugar do encontro dos que, por diferentes razões, são diferentes entre si”, sendo

[...] a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e de desencontro. Não só o desencontro e o conflito decorrentes das diferentes concepções de vida e visões de mundo de cada um desses grupos humanos. O desencontro na fronteira é o desencontro de temporalidades históricas, pois cada um desses grupos está situado diversamente no tempo da História (Martins, 1996, p. 27).

Seria essa situação de encontros e de alteridades que, materializada, poderia ser entendida como uma paisagem de fronteira. O objeto deste texto é analisar esse espaço a partir da colonização da região oeste de Santa Catarina, nos anos seguintes à definição de limites com o estado do Paraná, em 1916, quando se iniciaram as políticas de colonização da região, sobretudo na década de 1920, até sua consolidação ao longo das décadas de 1950 e 1960, quando ocorre o desenho geopolítico da região. Tal região, que pode ser visualizada em um mapa da época na Figura 1, compreendida pelos municípios de Chapecó e Cruzeiro (atual Joaçaba), criados em 1917, se estendia do Vale do Rio do Peixe até a fronteira com a Argentina.

Figura 1 - Municípios de Chapecó e Cruzeiro, década de 1930



Fonte: Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina – CEOM.



A paisagem, nesta pesquisa, é compreendida conforme a definição de Santos (2006, p. 104), para quem esta seria “o conjunto das formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações entre o homem e a natureza”. Ela seria, dessa maneira, a materialização, no espaço geográfico, da acumulação de atividades que expressam uma imbricada relação que envolve “objetos naturais e objetos fabricados, isto é, objetos sociais” (bem como ações em variadas escalas temporais (Santos, 2004, p. 53)

Sendo assim, analisar esse conjunto de elementos que formam a paisagem em um momento do passado – no caso, as primeiras quatro décadas de colonização do oeste catarinense – se faz a partir da visão de mundo de um outro sujeito e de seu testemunho, sendo este, como aponta Dora Shellard Corrêa (2008, p. 137), “um protagonista do enredo, seja produzindo os dados examinados, [...] seja como ator no relato”. É a partir da representação de um cenário disponibilizado por pesquisas, relatos, memória, imagens e fontes impressas, como os próprios textos escritos por Waibel (1949, 1955) em suas viagens de campo pelo interior do Brasil, que formam “um conceito sobre a organização social do espaço, o que implica presenças e ausências tanto humanas quanto naturais no quadro exposto”, e não no que enxergamos e a que atribuímos sentido, que chegamos ao objeto de análise (Corrêa, 2008, p. 137). E ao realizar essa análise, continuando com a autora, “o próprio historiador não deixa de projetar sobre ele estruturas paisagísticas e questões de seu tempo, que interferem na percepção de alguns detalhes” (Corrêa, 2013, p. 24). Para o historiador Simon Schama (1996, p. 70), a paisagem é atrelada a elementos históricos e culturais para compor, definindo-a da seguinte forma:

[...] paisagem é cultura antes de ser natureza; um constructo da imaginação projetado sobre mata, água, rocha, [...] a natureza não é algo anterior à cultura e independente da história de cada povo. Em cada árvore, cada rio, cada pedra, estão depositados séculos de memória.

Por este fato, é importante analisarmos o processo de ocupação e apropriação do meio natural, para entendermos os significados enraizados a tais processos. As áreas ocupadas não têm o meio ambiente como determinante, mas como importante agente nas interseções entre os grupos sociais e o próprio ambiente.



Ocupando os campos e as florestas

A dualidade campo/floresta é uma das principais características da paisagem não somente dessa região, mas do planalto Sul do Brasil, destacada por Waibel em 1949 quanto à natureza da sua ocupação. Nas visitas do geógrafo e de seu grupo à região nas pesquisas que produziram o referido estudo, eram os campos registrados da seguinte maneira: neles viviam “o fazendeiro, de origem luso-brasileira, que cria bovinos e cavalos em grandes propriedades e tem como empregados negros e mulatos, descendentes de antigos escravos”. Já nas “áreas que eram outrora florestais, encontramos hoje em dia uma pequena população de agricultores brancos que, juntamente com suas esposas e filhos têm lavrado a terra e estabelecido lares do tipo europeu” (Waibel, 1949, p. 9). Essa dualidade, porém, remete não à colonização, mas à formação das fazendas nos campos pelos luso-brasileiros a partir do século XVIII.

Até as primeiras incursões dos europeus nos séculos XVII e XVIII, esses campos e florestas eram ocupados por grupos indígenas dos grupos Kaingang, Xokleng e Guarani, quando passaram a ser alvo de incursões de jesuítas e, mais tarde, de bandeirantes provenientes da província de São Paulo à procura de alguma forma de riqueza, incluindo a escravização dos indígenas. Uma maior presença europeia se daria principalmente a partir do século XVIII, com a abertura dos caminhos de tropas destinados ao transporte de gado muar, bovino e cavalar, interligando por terra o Rio Grande do Sul ao Sudeste e às regiões mineradoras, e a formação de fazendas nas áreas de campos por onde também circulavam essas tropas.

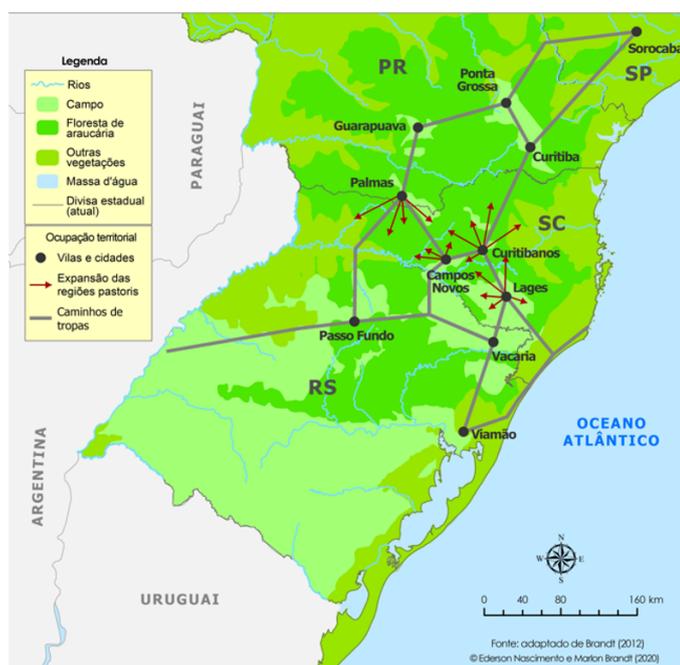
Nesse espaço, o processo de ocupação territorial ocorria preferencialmente nas áreas dominadas pela vegetação campestre, dando continuidade à expansão das fazendas de criação. Foi dessa maneira, por exemplo, que áreas como Campos Novos e os Campos de Palmas passaram a abrigar fazendas na primeira metade do século XIX em um movimento cuja origem eram as áreas de campos com ocupação mais antiga, como os Campos Gerais, Campos de Guarapuava e Campos de Lages. Nesse contexto, a floresta representava um espaço marginal para a economia predominante, “mais um obstáculo do que uma riqueza”. Sua existência impedia a maior extensão dos campos e, portanto, de pasto para o gado (Lago, 1988, p. 264).

Assim, se a floresta nesse espaço de fronteira representava um espaço de pouca valia para a pecuária, ela também era a possibilidade de uma nova vida para muitas pessoas ligadas às fazendas, como ex-escravizados, negros



libertos, foragidos da justiça, ex-agregados e peões. Ao se instalar nas novas terras, os ocupantes poderiam viver da criação de animais, da extração da erva-mate, da caça, da pesca e da agricultura de subsistência. A posse era, na época, a principal forma de acesso à terra nesses espaços de fronteira. Para Emília Viotti da Costa (1999, p. 175), “todas as pessoas que penetravam nas regiões do interior – áreas sem nenhum valor comercial – podiam controlar um pedaço de terra, desde que fossem capazes de enfrentar os índios e sobreviverem na selva”, o que leva a compreender que mata era selva, e os indígenas e os selvagens, ambos que precisavam ser dominados, eram deletérios e precisavam ser vencidos. Assim, para a autora, “a disponibilidade de grandes extensões de terra tornou-a acessível àqueles que não tinham condições de participar da economia comercial, permitindo-lhes sobreviver no âmbito da economia de subsistência”. Nessa ocupação, que não teve o caráter de uma fronteira em marcha, mas sim o de uma “sorradeira infiltração” (Queiroz, 1981, p. 35), adentrando e disputando territórios com moradores indígenas, campos e florestas, representavam não apenas paisagens distintas, mas também diferentes modos de vida e possibilidades de independência dos laços até então costurados com as fazendas das áreas de campos. Esse processo de ocupação territorial pode ser visualizado no mapa da Figura 2, que apresenta o processo de irradiação do povoamento rumo às florestas do planalto catarinense a partir das atividades pastoris:

Figura 2 - Frentes de povoamento do oeste catarinense



Fonte: Nascimento, Valentini, Brandt, Scherma e Tombini (2021).



Essa população passou a ocupar as florestas e pequenas aberturas de campos às margens das grandes fazendas pastoris, partindo, principalmente, das áreas situadas ao leste, nos campos de Lages, Curitibanos e Campos Novos, enquanto a noroeste e oeste partiam dos campos de Guarapuava e Palmas, no Paraná (Machado, 2004). No oeste catarinense, a extração da erva-mate em caráter comercial no final do século XIX (Paraná, 1899) teria atraído não apenas moradores de origem brasileira, mas também famílias provenientes da Argentina e do Paraguai (Corrêa, 1970).

O modo de povoamento empreendido pelos portugueses no Brasil ao longo do período colonial foi um dos responsáveis pela formação de um modelo sociocultural de adaptação ao meio, onde tanto sua ocupação quanto a utilização dos recursos naturais se devem às influências indígenas e ao caráter cíclico e irregular do povoamento (Arruda, 1999; Holanda, 2008). Parte do conhecimento indígena foi assimilado, sendo fundamental na construção e adaptação ao novo meio, nas quais se incluem, mais tarde, as influências africanas, que seriam amalgamadas pela população local, adotando e ressignificando práticas sociais e espaciais condizentes com o meio. Esse conjunto de práticas sociais e espaciais deu origem nas florestas do planalto sul-brasileiro ao sistema de uso da terra por essa população recém-instalada que Maurício Vinhas de Queiroz (1981) denominou como “roça cabocla”, formada, conforme Arlene Renk (2006, p. 107), a partir da adoção de “uma prática costumeira de dividir as terras em terras de plantar e terras de criar”.

Nas áreas destinadas ao cultivo, que compunham as “terras de plantar”, ocorria uma policultura com rotação de terras, que possuía no milho “o centro da lavoura, consorciado ao feijão e por vezes à abóbora e à melancia” (Queiroz, 1981, p. 36). Cultivavam desmatando e queimando a floresta, muitas vezes praticando a coivara – para, em seguida, instalar a roça através da rotação de terras. Após a abertura da roça, esta poderia ser fechada com o emprego de madeira ou a simples abertura de trincheiras. A madeira poderia ser empregada na forma de tábuas lascadas; os chamados rachões ou mesmo as árvores, como as araucárias, poderiam ser aproveitadas inteiras, derrubando algumas árvores escolhidas para delimitar o perímetro da roça (Brandt, 2015).

As “terras de criar”, por outro lado, eram compostas por praticamente toda a posse ou propriedade, abrangendo a floresta e eventuais trechos de campos, onde circulavam livremente, compartilhando os mesmos espaços com animais de criadores vizinhos, bois e, principalmente, porcos em busca de alimento, pelo fato de as terras não possuírem cercas, e isso persistiu até a colonização,



“uma vez que a amplitude de terras o dispensava”, como aponta Arlene Renk (2004, p. 28). O primeiro era criado nas áreas abertas, enquanto o suíno vivia nas florestas, sendo a principal criação de muitas famílias, por necessitarem de pouco manejo. Apenas uma marcação em cada animal, por cortes nas orelhas ou no rabo, era feita para identificar o criador. Depoimentos de antigos criadores, como Lizário Ferreira (2006), morador e criador de porcos da região de Chapecó, dão ideia de como ocorria esse compartilhamento em comum das florestas: *“era tudo solto as criação, não tinha potreiro não tinha nada, nem invernada era tudo solto. [...] Porque naquele tempo a cerca era marca, tudo tinha uma marca, tudo marcado, o que não era marcado podia pegar que era dono, porco também criava sorto era assim”*.

Esses animais poderiam ser destinados tanto ao próprio consumo das famílias quanto à comercialização. Caso fossem comercializados, depois de arrebanhados, os animais eram confinados em uma encerra de milharal aberta em meio à floresta para continuarem a engorda, ou a um mangueirão. Esses eram cercados para impedir a invasão dos animais soltos. Uma dessas formas de captura e engorda foi descrita da seguinte forma por Ana Maria Pedroso da Silva (2006a), lembrando as formas de criação de porcos por seu pai: *“fechava os porcos fazia uma mangueira pra engordar os porcos na mangueira, daí pinchava [jogava] mandioca, milho tudo assim jogava lá no barro pros porcos comer, mandioca no barro tudo, era assim que meu pai engordava as vezes 30, 40, fechava 40 porcos, 50 porcos”*. Já com mais peso, as varas de porcos partiam, então, conduzidas a pé, rumo aos centros consumidores compostos até a colonização por vilas e cidades próximas em Santa Catarina e no Paraná.

Era o chamado “porco alçado”, cuja criação consistia em uma espécie de suinocultura extensiva (Chang, 1988, p. 26). Por ser onívoro, esse animal possuía uma maior variedade de alimentos disponíveis se comparados aos herbívoros bois e cavalos. Comiam de tudo: frutos caídos, sementes (principalmente a do pinhão), raízes, relva e qualquer animal pequeno. Por não tolerarem a luz direta do sol, não conseguiam se adaptar aos campos, descobertos demais, preferindo viver nas florestas (Crosby, 2011).

É possível afirmar que esses espaços constituíam o que Sueli Ângelo Furlan (2006, p. 4-5) denomina como uma “floresta cultural”, onde seus recursos são usufruídos de forma compartilhada, como no caso da engorda dos animais, e se observa o desenvolvimento de práticas sociais adequadas ao ambiente natural, além de conhecimentos sobre o funcionamento e utilização de forma sustentável. Tais práticas seriam efetivadas e transmitidas através de um



conjunto de normas e costumes, fundamentadas na tradição e na memória, onde a oralidade exerce uma grande importância. Essas formam um conjunto, conforme Edward Palmer Thompson (2002, p. 120), de “crenças não escritas, normas sociológicas e usos asseverados na prática, mas jamais registrados por qualquer regulamento”, que dão origem a uma rede de relações que criam uma especificidade no território, que pode ser caracterizada por práticas culturais, de trabalho e de uso e acesso à terra e aos recursos naturais. Tais práticas de uso e acesso à terra, como aponta Nazareno José de Campos (2011), são bastante comuns entre populações tradicionais do país e podem ser vistas em seus hábitos, costumes e inter-relações sociais, dentre elas as formas coletivas de uso e acesso em comum da terra, como o praticado, também, pela população cabocla do planalto e oeste catarinenses. Isso, por sua vez, fica evidenciado na paisagem, marcada pela “roça cabocla” e as atividades de criação e extrativismo, servindo, inclusive, como uma espécie de delimitação territorial dessas populações (Brandt; Nodari, 2011).

Além da criação de suínos, era também nas florestas que se realizava a extração da erva-mate e a caça. A erva-mate seria, inclusive, moeda corrente entre a população cabocla das florestas. As folhas da planta, após a colheita e o sapeco, eram vendidas aos comerciantes e ervateiros locais, muitos deles argentinos, na base da troca, por produtos de consumo como tecidos, sal, açúcar, café e pólvora, por exemplo. Depois, a erva, que poderia ser beneficiada, era destinada a empresas argentinas localizadas na fronteira. Com a implementação, na primeira década do século XX, da Ferrovia São Paulo-Rio Grande, cujo traçado seguia o rumo do rio do Peixe, o produto poderia, também, ter como destino empresas e comerciantes locais ou filiais de ervateiras paranaenses localizadas na região de Porto União. De lá, o produto poderia seguir, via férrea, aos portos do Paraná e Santa Catarina (Corrêa, 1970; Goularti Filho, 2012; Paraná, 1899). A ferrovia também dinamizou a produção ervateira nas áreas em seu entorno, atraindo ervateiros interessados em explorar as terras e comerciantes que despachavam o produto para os países do Prata e o Rio Grande do Sul.

Não existiam, conforme Vinhas de Queiroz (1981), regras muito fixas nas relações com o trabalho dos ervais. Todo o trabalho dependia da força familiar. Esta forma de extração do mate ocorria com maior frequência com famílias de posseiros, em áreas mais afastadas em plena floresta. Em muitos casos, depoimentos sugerem que o acesso e uso dos ervais eram em comum, como relata Rita Fernandes da Silva (2006b), antiga moradora da região de Chapecó: “*assim a erva mate, também não era dizer eu vou lá, a erva, como ali no Bormann*



você podia ir em qualquer lugar e cortar erva ninguém fazia conta, ninguém fazia conta de você derrubar e tiravam um carijo de erva, ninguém se importava". O mesmo também é apontado David Marsango (1996), cuja família mudou-se para a região de Ponte Serrada, para se dedicar às atividades ervateiras: *“na época a erva-mate existia em toda a parte, assim silvestre, eles faziam o dia, entravam nestes matos ali, criavam um porquinho [...], tiravam erva, sapecavam ali, ajeitavam ali [e] carregam nos cargueiros”*.

O aporte das empresas ervateiras na região fronteira atraiu elementos dos três países na atividade. As condições de trabalho nessas empresas eram precárias. Conforme Maristela Ferrari (2011, p. 151), os trabalhadores eram

submetidos a um regime de trabalho semiescravo, já que muitos ervateiros forneciam apenas alimentos e ferramentas de trabalho em troca do trabalho deles. [...] nos ervais nativos dessa zona fronteira [...] os assassinatos de trabalhadores do corte da erva-mate eram, segundo pesquisa de campo, frequentes, como a Mateauda, apontada como uma das empresas que frequentemente cometia assassinatos de trabalhadores nos seus ervais.

A exploração ervateira na região seria um dos fatores que contribuíram para o assentamento mais efetivo da população na região, principalmente na fronteira com a Argentina, então principal mercado consumidor. Desse fluxo surgiram núcleos de povoamento como Dionísio Cerqueira, em Santa Catarina, Barracão e Santo Antônio do Sudoeste no Paraná, ainda em fins do século XIX (Ferrari, 2011).

Em relação ao extrativismo da erva-mate nas florestas, Davi Marsango (1996) menciona a atuação de um ervateiro que chegou a recrutar trabalhadores do Paraguai para a extração da erva-mate na região de Joaçaba:

Ele entrava nesse sertão, assim ajeitando, arrumando pra compra a erva-mate, isto foi depois que abriram a estrada de ferro, aqui em Joaçaba, isso foi por 1908, 1909 por aí, esse foi o lugar mais perto pra escoar essa dita erva-mate desses fundão, desse município de Palmas, essa região aqui, por esses lados aqui se não antes de explorar essa estrada, aqui pra Joaçaba, eles extraíam essa erva. Saía no sentido de Porto União, era mais longe e aqui quando a estrada de ferro passou a transitar em Cruzeiro do Sul, até um tempo, passou a se chamar Estação Erval motivo que entrava muita erva-mate, naquela estação ali, este Simões Cavalheiro organizou, ele



explorava erva e viajava, viajava muito pro Paraguai, Rio Grande do Sul, ele arrumou uma comissão de uns vinte paraguaios, naquela época em 1910, então ele contava com os paraguaios que moravam aqui [...].

A valorização da erva-mate, no início do século XX, e o desenvolvimento do setor na região foram um importante fator de atração de diversas famílias. No entanto, esse mesmo processo iniciou, nesses espaços de fronteira, um intenso processo de apropriação privada da terra. A instauração da Lei de Terras em 1850 trouxe uma nova concepção de terras no país. As terras devolutas passaram a ser valorizadas de acordo com as terras privadas, o que dificultava o acesso à terra pelos brasileiros pobres e pelos imigrantes europeus que aportavam no país desde a segunda década do mesmo século (Saboya, 1995). No oeste, isso representou o início da precarização do acesso e uso da terra a essa população a partir da apropriação de imensas faixas de terras devolutas, promovidas principalmente por grupos políticos, companhias colonizadoras, fazendeiros locais e empresas de capital estrangeiro, como a *Brazil Railway Company* e a *Southern Brazil Lumber and Colonization Company* (Machado, 2004, p. 75).

A política de terras de Santa Catarina, definida após a Constituição Republicana de 1891, quando as terras devolutas passaram ao domínio dos estados, possuía como objetivo atuar na regularização de antigas posses e na venda de terras públicas para estímulo da pecuária e da lavoura, estimulando, também, a colonização por ítalos e teuto-brasileiros de suas terras, incorporando os “sertões” do “ex-contestado”⁶ a partir do acordo de limites de 1916.

A colonização destas terras era vista, assim como ocorreu com a colonização do Sul do Brasil em geral, pelos grupos políticos e econômicos como uma forma de se ocupar território de modo racional. Promovia-se uma ocupação planejada, seletiva – subvencionada e dirigida pelo governo, por companhias particulares de colonização ou proprietários de maneira individual. No caso catarinense, essas terras não foram colonizadas pelo Estado, mas sim através da concessão de terras às companhias colonizadoras privadas. Seriam essas, como aponta Eunice Nodari (2009, p. 34), as responsáveis por colocar “em prática a opção de uma migração dirigida a grupos específicos que se adequassem aos padrões estabelecidos pelo governo estadual e por elas próprias, ou seja, que povoassem e colonizassem a região ordeiramente”. Aos colonizadores interessava a venda daquelas terras. Se, para o governo, colonização quer dizer povoamento e desenvolvimento de áreas “desabitadas”, para uma companhia particular “quer dizer negócio; ela quer ganhar dinheiro e é certo que ganhará se conseguir uma



boa qualidade de terra e também gente de boa qualidade” (Waibel, 1949, p. 16).

Essa política de ocupação, no entanto, alijou a população posseira que já ocupava as florestas da região. A escolha por “gente de boa qualidade” (Waibel, 1949, p. 16) incidiu sobre os teutos e ítalo-brasileiros estabelecidos, ao longo do século XIX, nos núcleos de colonização do Rio Grande do Sul, dentro do contexto de uma política nacional de embranquecimento da população (Relly, 2022). As terras catarinenses, além do baixo custo da terra se comparado ao das áreas de colonização gaúchas, ainda possibilitava a compra de lotes contíguos, permitindo que as famílias permanecessem unidas – o que já não ocorria no Rio Grande do Sul –, fato que possibilitava também a esses grupos reproduzir ou adaptar às novas terras suas práticas socioculturais e de uso do espaço valorizadas em seu círculo social (Nodari, 2009).

Jaci Poli (1995, p. 100) destaca que a relação entre posseiros e colonizadores no Oeste de Santa Catarina era sempre complicada, “principalmente quando envolvia a necessidade de desocupar a posse para dar lugar ao proprietário”. Quando a empresa colonizadora colocava à venda seus lotes, realizava antes uma espécie de “limpeza da área”, onde o direito de propriedade prevaleceu sobre o direito de posse que, em geral, foi ignorado, visto unicamente como infração ou intrusão (Renk, 2006, p. 118). Com a colonização da região, as formas de uso e acesso à floresta e seus recursos sofreriam modificações e remodelações com a chegada desses novos moradores. Ao se instalarem nas terras, os colonos passaram a derrubar a floresta para a formação de lavouras cuja produção era voltada à comercialização de seus produtos, principalmente o trigo e o milho, diferentemente das pequenas roças formadas nas “terras de plantar” (Brandt; Nodari, 2011). Como as ações governamentais de promoção da colonização não reconheciam a posse dos caboclos, o destino de muitos destes, não sem resistência a esse processo, era a busca por novas terras mais distantes da colonização, reproduzindo suas formas tradicionais de uso da floresta, ou a inserção como assalariado em lavouras nas terras agora pertencentes aos colonos, como peão de serraria ou balseiros no escoamento da produção madeireira local via rio Uruguai aos mercados do Rio Grande do Sul e Argentina. Nesse processo, a “fricção étnica estabelecida a partir do (des) encontro dos dois grupos relega um grupo à subalternidade, revelando a perda do modo de vida do caboclo, bem como do seu território e da territorialidade do grupo” (Sulsbach, 2023).

O adensamento demográfico promovido pelo estabelecimento dessas colônias, além de promover a perda das terras pela população posseira, também



deu origem a diversas situações de tensão promovidas pela incompatibilidade entre as formas de acesso e uso da terra. Muitas delas estão relacionadas às formas de criação dos animais soltos, que invadiam as roças abertas pelos colonos, como aponta Arlene Renk (1997, p. 107-108):

Os conflitos se originariam por duas razões. A primeira, pela desvalorização, no mercado imobiliário, das terras próximas às dos intrusos, com a criação sem cerca [...]. Interessava à companhia o fim desta prática. A segunda razão, em nível de atitudes, seria a utilização das terras, isto é, com a agricultura rotativa. Uma utilização mais 'racional' permitiria que diversas famílias, em exploração familiar, se valessem da área com resultados que, do ponto de vista do colonizador, seriam, seguramente, melhores.

Um exemplo dessa incompatibilidade dos usos e acessos à terra e aos recursos naturais, sob o ponto de vista do colonizador, pode ser observado nos registros deixados por Wenceslau de Souza Breves (1985) em relação ao seu período de atuação em Chapecó entre os anos de 1920 e 1924. Na época auxiliar da Comissão Técnica Discriminadora de Terras, Breves atuou na demarcação das terras concedidas à Empresa Colonizadora Bertaso, Maia & Cia, passando, mais tarde, a ser Agente de Terras do 8º Distrito, que abrangia os municípios de Cruzeiro e Chapecó, que compreendiam, na época, praticamente todo o oeste catarinense. Nesse período em que viveu na região, deixou um pequeno artigo, intitulado "O Chapecó que eu conheci", registrando "alguns dados para julgar os elementos que o povoavam, sua mentalidade, seus hábitos e costumes, certos tipos que ali floresceram, sua primeira resistência a colonização, os defeitos e qualidades da primitiva e brava gente de Chapecó". No texto, é possível encontrar sua visão, sob a perspectiva do poder público e do colonizador em relação à população local, que, para Arlene Renk (1997, p. 102), "centrou-se na crítica aos ritmos temporais da população local, ao sistema brasileiro", sendo as práticas costumeiras dessa população "um dos grandes entraves à colonização". Breves reproduzia o discurso do colonizador que via essa população como fatalista, preguiçosa, pobre e resignada a pobreza, cuja relação com a terra era vista como irracional, antieconômica e atrasada. Breves (1985, p. 21-22) descrevia essas práticas e a paisagem local da seguinte maneira:

A maior parte destes caboclos tinham seus ranchos em lugares já devastados, transformados em campinas. Mas iam fazer suas roças à



beira de uma sanga ou rio à léguas de distância. Isto para não serem obrigados a fazer cercas e poderem ter seu cavalo e vaca (quando a tinham) perto de casa. [...] Isto fazia com que a moradia do caboclo fosse uma desolação: nem um pé de milho em torno, nem uma árvore frutífera, nem um pé de couve. Às vezes algumas galinhas e alguns porcos soltos, nada mais.

Breves (1985) também criticava o regime da posse, visto por ele como intrusamento. Ainda segundo o autor, aquela população esperava a doação da área, o que o Estado não poderia fazer, sendo permitida apenas a venda, dando a ideia, como afirma Renk (2006, p. 129) de uma posição neutra do Estado, “pairando acima de todos”, assegurando a “’igualdade’ de possibilidade de compra”. A compra da terra por parte desses moradores, no entanto, era dificultada por várias razões, indo desde a pobreza em que estes viviam, pois praticavam um regime de subsistência com miúdo comércio com ervateiros, tropeiros e madeireiros, realizados em âmbito local, o que os impedia de acumular o capital necessário para a aquisição da terra, até mesmo o costume da posse pelo trabalho na terra. Outra razão apontada por Breves (1985, p. 32) era a que não pensavam em se tornar proprietários, preferindo o intrusamento, por lhes trazer várias vantagens: “não pagariam impostos, não se sentiriam na obrigação de fazer uma boa casa ou uma boa roça, visto ali estarem provisoriamente, e terem a facilidade de se mudar quando quisessem, coisa muito do gosto de muitos deles”.

É possível imaginar que essa população esperasse que os colonos reproduzissem as tradicionais práticas de uso da terra local, de maneira semelhante ao que até então ocorria com a chegada de novos moradores que compartilhavam seus costumes. Entretanto, os colonos “formavam grupos bastante fechados, dentro da sua identidade étnica com suas retóricas, símbolos e rituais através dos quais defendiam a manutenção, e se necessária, a renegociação das suas práticas socioculturais” (Brandt; Nodari, 2011). Dessa maneira, a paisagem até então habitada por posseiros ou mesmo moradores com titulação das terras passou, com a colonização, a sofrer modificações e remodelações com a inserção de uma nova lógica socioeconômica. Ao se instalarem nas terras, os colonos tratavam de derrubar a floresta para o cultivo, cuja produção era voltada à comercialização de seus produtos, principalmente o trigo e o milho, diferentemente das pequenas plantações visando ao consumo próprio, como era realizado pela população cabocla.



Embora as práticas de uso da floresta e a abertura das roças fossem incompatíveis, as práticas de criação dos animais soltos na floresta persistiu durante a colonização. A criação nesses moldes requeria amplas áreas, sendo que cada animal necessitava, conforme Roberto Lobato Corrêa (1970, p. 93), de cerca de cinco hectares de floresta, constituindo “uma atividade de áreas de muito baixa densidade demográfica, e à medida que o povoamento de colonos progredia, essa atividade afastava-se para áreas mais remotas”.

O aumento populacional da região, desde a criação dos municípios de Chapecó e Cruzeiro, atual Joaçaba, entre os anos de 1910, quando a região, ainda pertencente a Palmas, não havia recebido os fluxos de colonos, a 1950 pode ser observado no Quadro 1.

Quadro 1 - População e área dos municípios de Palmas (PR), Chapecó (SC) e Joaçaba (SC)

Municípios	1910		1936		1940		1950	
	Pop.	Área km ²						
Palmas (PR)	11.435	-	14.710	8.776	23.484	8.776	17.785	5.465
Chapecó (SC)	-	-	17.130	20.556	44.327	14.793	96.624	14.071
Joaçaba (SC)	-	-	13.346	4.038	36.174	4.184	48.299	4.426

Fonte: Baseado em IBGE ([2019]).
A partir dos dados dos censos de 1910, 1936, 1940 e 1950

Mesmo com o crescimento populacional, eram vastos nas décadas de 1930 e 1940 os espaços ainda intocados pela colonização, mesmo nas áreas preferenciais à instalação dos colonos, como nas margens da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande. Em 1934, por exemplo, Valentin P. Cuts, ajudante técnico do Ministério da Agricultura, em um texto publicado no jornal *Cruzeiro*, do município de Cruzeiro do Sul, atual Joaçaba, em que criticava a situação da agricultura no Vale do Rio do Peixe, fez o seguinte comentário sobre a paisagem às margens da ferrovia, associando a existência de florestas à ausência de civilização:

Quem viaja pela Estrada de Ferro que corre na margem esquerda do rio, fica estranhado: encontram-se quilômetros e mais quilômetros de mata virgem beirando a linha ferrea. Qualquer estrangeiro [sic] que viajar



nesta zona tem que pensar: Si na margem da via ferrea ha viveiros para tigres, o que pode-se encontrar à distância de 20, 30 quilômetros da linha? (Cruzeiro, 1934, p. 5).

Mais ao oeste, a existência de amplos espaços florestados, entre os núcleos de colonização, também foi registrada pela imprensa da época. Em uma reportagem sobre a queda na importância da economia ervateira para o município, o jornal *A Voz de Chapecó* (1939, p. 2) destaca que ainda existiam diversas áreas de florestas onde abundavam os ervais nativos, descrevendo a paisagem em ruínas de uma atividade outrora próspera:

Os hervaes continuam frondosos por quasi toda extensão territorial do município.

Ao lado de todas as estradas, do Goio-En a Passo Bormann até a sede da comarca, indo para Guatambú, Caxambú para Xanxerê, Fachinal dos Guedes para Abelardo Luz e S. Domingos, Campo-Erê e Dionisio Cerqueira, a todos os distritos são matas e matas de hervaes, que se estendem a perder de vista, com algumas interrupções.

Mas, a industria, morreu, nem mais uma arroba se exporta para fora do municipio.

De ponto a ponto, esqueletos de antigos barbaquás, ruinas, taperas ou simples vestígios no terreno, atestando uma antiga prosperidade, que existiu, sinal de extintos trabalhos, rememorando uma época de atividade e ocupação dos nossos humildes caboclos (*A Voz de Chapecó*, 1939, p. 2).

Continua a reportagem argumentando que questões tributárias e a produção ervateira do lado argentino levaram a crise a esse setor. Segundo o jornal, os espaços “abandonados” poderiam, por sua vez, receber as criações de porcos, cuja demanda começava a aumentar localmente.

Além do consumo próprio, muitos desses animais poderiam ser comprados por criadores para a engorda e posterior comercialização, os quais, em alguns lugares, eram também conhecidos como safristas. Roberto Lobato Corrêa (1970, p. 93) descreve esse sistema da seguinte maneira: consistia na abertura de uma área, de tamanho variado, que poderia chegar a 100 hectares, ou seja, de dimensões maiores do que até então eram feitas muitas das roças para a engorda pelos pequenos e médios sitiantes. Após o milharal se desenvolver, os porcos eram soltos para a engorda, sendo então comercializados. Mesmo os colonos,



se não se dedicavam à criação nas florestas, passaram a participar dessa cadeia, onde não era rara a atuação de compradores de animais ainda criados soltos em áreas mais distantes dos núcleos de colonização para a engorda em milharais, para seguirem, então, à comercialização. O agricultor Bruno Zimmermann, da região de Pinhalzinho, relata da seguinte maneira esse processo da engorda dos porcos com milho na região:

[...] e daí eles plantavam o milho e quando o milho chegava a lourar, daí eles, é... eles largavam os suínos. [...] então eles deixavam o porco até terminar aquela dita lavoura de milho, até que ele consumia aquilo e daí levavam no comércio. Daí eles tocavam ele fora, às vezes quilômetros e noites e noites que eles tocavam pra lá e pra cá até que eles chegavam numa estrada, às vezes até perto o comércio tocava. E daí esse tal do porco ia pro frigorífico. De lá pra frente daí é com caminhão, com outros meios de transporte (Zimmermann, 2017, p. 2).

Os criadores poderiam vender seus animais diretamente com as fábricas de banha e derivados de carne locais ou para algum comerciante que poderia atuar também na estação ferroviária mais próxima.

A criação de porcos: dentro e fora das áreas florestais

O suíno também foi adotado em larga escala pelos colonos que passaram a se instalar no Oeste. O relevo dominado por encostas íngremes dos vales dos principais rios do Oeste, como o do Peixe, Chapecó, Irani e demais afluentes do Uruguai apresentava restrições ao gado bovino. Isso somado à existência das florestas, cuja derrubada ocorria principalmente para a abertura das roças e não das pastagens, fez com que o gado bovino fosse criado em menor quantidade, atendendo principalmente às demandas domésticas de leite, derivados e como tração animal. Dessa maneira, a criação de suínos surgia como uma alternativa, principalmente se criado de forma confinada, inicialmente em mangueiras, passando a desempenhar um importante papel na economia dessas famílias.

Essa forma de criação era compatível com a dimensão média das propriedades dos colonos, que possuíam em torno de 10 alqueires ou 24,2 hectares, adotando para isso o que Paulo Fernando Lago (1988) denominou como “binômio milho/porco”, combinado com o uso de sobras da roça. Esse binômio, no entanto, não foi invenção dos colonos que se estabeleciam no Oeste. Ele já era observado



em outras áreas de colonização, como na região de Urussanga e Vale do Itajaí, da mesma forma que era também observado no Meio-oeste norte-americano e na porção norte dos pampas argentinos, onde já se constatava “a eficácia do enlace entre o mais notável cereal do Novo Mundo e a espécie porcina” (Lago, 1988, p. 289). Mesmo no Oeste antes da colonização, o milho já era adotado pelos criadores, embora a vastidão das florestas fornecesse durante boa parte do ano o alimento necessário, sobretudo o pinhão a partir do outono.

A compra dessa produção ocorria por meio de diversos comerciantes, que atuavam na compra de produtos agrícolas e animais da região, sobretudo porcos, e, no caso dos animais, também por produtores locais de banha e derivados de carne suína. A produção dessas pequenas fábricas era destinada não só ao comércio local, mas também a outras regiões, cujo transporte poderia ser feito, no caso das áreas de colonização próximas ao Vale do Rio do Peixe, pela Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande, que interligava a região com o Sul e o Sudeste do país. Eram também próximos às estações que se encontravam comerciantes que despachavam via-férrea, cereais, alfafa e suínos, estes últimos para frigoríficos do Rio Grande do Sul e Paraná (Corrêa, 1970; Espíndola, 1999; Ferrari, 2011).

O aumento na demanda pela banha relacionava-se, como salienta Corrêa (1970, p. 89), à expansão do mercado consumidor, “que o comércio importador não poderia suprir em função dos preços elevados dos artigos importados, possibilitando o aparecimento de unidades fabris produtoras”. Com o surgimento dos primeiros frigoríficos na segunda década do século XX, a criação de animais passou a visar também ao mercado nacional, principalmente São Paulo e Rio de Janeiro, que passavam por um processo intenso de urbanização, demandando maior quantidade de carne e banha. E em Santa Catarina, a banha desempenhou um importante papel na pauta econômica na primeira metade do século XX, tendo como destino principal a região Sudeste (Bossle, 1988; IBGE, 1986). Nessa época, as principais raças de porcos criados, como Macau, Caruncho, Tatu, Piau, Canastra e Canastrão - variedades rústicas de origem ibérica e asiática, criadas tanto nas florestas quanto nas encerras e mangueiras pelos colonos -, além de apresentar resistência a doenças e facilidade de reprodução, eram próprias para a produção de banha (Olinger, 1969).

Essa produção tanto dos animais criados soltos na floresta quanto os criados fechados pelos colonos marcou o surgimento e expansão dos frigoríficos na região Oeste. Frigoríficos que surgiram a partir de pessoas de origem simples e modesta. Existiam, nos nascentes núcleos coloniais, diversas pequenas atividades manufatureiras, como atafonas, moinhos, fábricas de banha e salame,



por exemplo; ou comerciantes que viviam da importação/exportação do sistema colônia/venda, marcando a inserção da região no processo de mercantilização e especialização produtiva. (Espíndola, 1999; Goularti Filho 2007). Esse sistema, conforme Goularti Filho (2013, p. 160), originou uma acumulação lenta e pulverizada e permitiu “o surgimento de uma diferenciação social, em que alguns colonos mais abastados começaram a subordinar o trabalho e a pequena propriedade, tornando-se madeireiros ou proprietários de frigoríficos”. No caso da produção nos frigoríficos, esta passou a ocorrer sobretudo quando passou a ser mais lucrativo realizar o abate e processamento da carne e da banha em vez da venda dos animais vivos (Moretto; Brandt, 2019). Cabe destacar nesse contexto o fato de que o escoamento da produção das regiões Oeste e do Vale do Rio do Peixe era subsidiado pelo Governo Federal, concedendo vagões gratuitamente entre os anos de 1932 e 1943 (Espíndola, 1999).

O desenvolvimento das atividades madeireiras, junto com a abertura de novas colônias, avançava sobre áreas cada vez mais remotas. As serrarias exploravam tanto os pinheirais antes ocupados por famílias posseiras quanto os encontrados em terras de fazendeiros e herdeiros empobrecidos pela sucessiva divisão das terras, que viam na comercialização das árvores uma forma de fazer dinheiro rapidamente, além de expandir a área de criação bovina. Embora o preço das árvores fosse considerado baixo, a quantidade de árvores envolvidas dava a impressão de se tratar de uma boa soma. Facilitava essa exploração o caráter nômade de parte dessas serrarias, pois estas eram “unidades relativamente simples, podendo ser desmontadas e transferidas para outros locais de maior densidade de recursos arbóreos industrializáveis. Desse modo, o caráter ambulatório é resultante habitual” (Lago, 1988, p. 273). “*Ia se mudando conforme o pinhal ia acabando, cortava e se mudava*”, como relembra Altino Bueno da Silva (2005), filho de posseiros e trabalhador em algumas serrarias da região de Caçador nos anos de 1930 e 1940.

Considerações finais

Até o início do século XX, havia no oeste de Santa Catarina a presença de grupos indígenas e caboclos, caracterizada pela baixa densidade demográfica e uma paisagem marcada pela presença da floresta e dos campos, que, embora manejados, ainda possuíam suas principais características morfológicas. Com os incentivos à colonização dessas áreas, chegaram os imigrantes e migrantes, que foram gradativamente transformando a paisagem local. A presença da



erva-mate nas áreas florestais foi um grande atrativo para ocupação.

Duas atividades econômicas eram propiciadas pela presença da floresta: a extração da erva-mate e a criação dos animais, principalmente porcos criados soltos. O avanço da colonização e da indústria madeireira a áreas cada vez mais afastadas gradualmente foi diminuindo os espaços dominados pela floresta, acarretando a diminuição de ervas nativas e a redução da área para criação dos porcos. Em contrapartida, houve o aumento das áreas dedicadas às atividades agrícolas. Os porcos passaram a ser criados de modo fechado, em mangueiras ou chiqueiros, e gêneros alimentícios, sobretudo o milho, passaram a ser produzidos para servir de ração para esses animais, sendo o binômio milho-porco a principal característica da paisagem colonial do oeste catarinense, correspondendo este a um dos principais elementos responsáveis pela formação e consolidação do setor agroindustrial na região.

Referências

A VOZ DE CHAPECÓ. Chapecó, ano 1, n. 22, 3 dez. 1939.

ARRUDA, Gilmar. *Cidades e sertões: entre a história e a memória*. Bauru: Edusc, 2000.

ARRUDA, Rinaldo. “Populações tradicionais” e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. *Ambiente & Sociedade*, São Paulo, v. 2, n. 5, p. 79-94, 1999.

BOSSLE, Ondina Pereira. *História da industrialização catarinense: das origens à integração no desenvolvimento brasileiro*. 2. ed. Florianópolis: CNI: Fiesc, 1988.

BRANDT, Marlon. Criação de porcos “à solta” na Floresta Ombrófila Mista de Santa Catarina: paisagem e uso comum da terra. *História (São Paulo)*, São Paulo, v. 34, p. 303-322, 2015.

BRANDT, Marlon; MORETTO, Samira Peruchi. The Caboclo Population of the Araucaria Forest of Santa Catarina: common use of land, expropriation and marginalization. *Historia Ambiental Latinoamericana y Caribeña (HALAC)*, Anápolis, v. 12, p. 55-80, 2022.

BRANDT, Marlon; NODARI, Eunice Sueli. Comunidades tradicionais da Floresta de Araucária de Santa Catarina: territorialidade e memória. *História Unisinos*, São Leopoldo, v. 15, n. 1, p. 80-90, 2011.



BREVES, Wenceslao de Souza. O Chapecó que eu conheci. *Revista do IHGSC*, Florianópolis, n. 6, p. 7-73, 1985.

CAMPOS, Nazareno José de. *Terras de uso comum no Brasil: abordagem histórico-sócio-espacial*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2011.

CHANG, Man Yu. *Sistema faxinal: uma forma de organização camponesa em desagregação no Centro-Sul do Paraná*. Londrina: IAPAR, 1988. 123p. (IAPAR, Boletim técnico, 22).

CORRÊA, Dora Shellard. Descrições de paisagens: construindo vazios humanos e territórios indígenas na Capitania de São Paulo ao final do século XVIII. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 24, n. 39, p. 135-152, jan./jun. 2008.

CORRÊA, Dora Shellard. *Paisagens sobrepostas: índios, posseiros e fazendeiros nas matas de Itapeva (1723-1930)*. Londrina: EDUEL, 2013.

CORRÊA, Roberto Lobato. O sudoeste paranaense antes da colonização. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 32, p. 87-98, jan/mar. 1970.

COSTA, Emília Viotti da. Política de terras no Brasil e nos Estados Unidos. In: COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. 7. ed. São Paulo: Unesp, 1999. p. 169-193.

CROSBY, Alfred W. *Imperialismo ecológico: a expansão biológica da Europa 900-1900*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

CRUZEIRO. *Cruzeiro do Sul*, ano 1, n. 17, 11 mar. 1934.

DUTRA E SILVA, Sandro. O desbravador do Oeste e as narrativas do enfrentamento e devastação da natureza na construção da Rodovia Belém-Brasília. *Fronteiras: Revista Catarinense de História*, n. 23, p. 21, 6 jun. 2018.

ESPÍNDOLA, Carlos José. *As agroindústrias do Brasil: o caso Sadia*. Chapecó: Grifos, 1999.

FERRARI, Maristela. *Interações transfronteiriças na zona de fronteira Brasil-Argentina: o extremo-oeste de Santa Catarina e Paraná e Província de Misiones (Século XX e XIX)*. 2011. 445 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

FERREIRA, Lizário. [Entrevista realizada em Chapecó]. [Entrevista cedida a] Mirian Carbonera e Esiquiela Listone. Chapecó: Acervo do Centro de Memória do Oeste



de Santa Catarina (CEOM), 31 maio 2006.

FURLAN, Sueli Ângelo. Florestas culturais: manejo sociocultural, territorialidades e sustentabilidade. *Agrária*, São Paulo, n. 3, p. 3-15, 2006.

GOULARTI FILHO, Alcides. Complexo ervateiro e a pequena produção mercantil em Santa Catarina. *Diálogos*, Maringá, v. 16, n. 1, p. 179-215, jan./abr. 2012.

GOULARTI FILHO, Alcides. *Formação econômica de Santa Catarina*. Florianópolis: Cidade Futura, 2007.

GOULARTI FILHO, Alcides. *Portos, ferrovias e navegação em Santa Catarina*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2013.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2008

IBGE. *Séries estatísticas retrospectivas*. Rio de Janeiro: IBGE, 1986. v. 2, t. 2.

IBGE. *Estatísticas do séc. XX*. Rio de Janeiro: IBGE, [2019]. Disponível em: <https://seculoxx.ibge.gov.br/populacionais-sociais-politicas-e-culturais/busca-por-temas/populacao.html>. Acesso em: 5 out 2019.

LAGO, Paulo Fernando. *Gente da terra catarinense – desenvolvimento e educação ambiental*. Florianópolis: Ufsc: FCC: Lunardelli: Udesc, 1988.

LITTLE, Paul E. *Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma nova antropologia da territorialidade*. Brasília: Unb, 2002. (Série Antropologia, n. 322).

MACHADO, Paulo Pinheiro. *Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916)*. Campinas: Unicamp, 2004.

MARQUETTI, Délcio; SILVA, Juraci Brandalize Lopes da. Cultura cabocla nas fronteiras do sul. In: RADIN, José Carlos Radin; VALENTINI, Delmir José; ZARTH Paulo Afonso (org.). *História da Fronteira Sul*. Chapecó: Ed. UFFS, 2016. p. 109-129.

MARSANGO, Davi. [Entrevista realizada em Ponte Serrada]. [Entrevista cedida a] Paulo Anônio Pastorello. Chapecó: Acervo do Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (CEOM), 15 nov. 1996.

MARTINS, José de Souza. O tempo da fronteira. Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. *Tempo Social: Rev.*



Sociol. USP, São Paulo, v. 8, p. 1, p. 25-70, maio 1996.

MORETTO, Samira Peruchi; BRANDT, Marlon. Das pequenas produções à agroindústria: suinocultura e transformações na paisagem rural em Chapecó, SC. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 11, n. 26, p. 229 - 254, jan./abr. 2019.

NASCIMENTO, Ederson; VALENTINI, Daiane Regina; BRANDT, Marlon; SCHERMA, Ricardo Alberto; TOMBINI, Larissa Hermes Thomas. *Atlas Socioespacial do Oeste de Santa Catarina*. Curitiba: Editora CRV, 2021.

NODARI, Eunice Sueli. *Etnicidades renegociadas: práticas socioculturais no Oeste de Santa Catarina*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2009.

OLINGER, Glauco. *Siga este livro e crie suínos*. 3. ed. Florianópolis: [s. l.], 1969.

PARANÁ, Sebastião. *Chorographia do Paraná*. Curitiba: Typ. da Livraria Econômica, 1899.

POLI, Jaci. Caboclo: pioneirismo e marginalização. In: CENTRO DE ORGANIZAÇÃO DA MEMÓRIA SÓCIO-CULTURAL DO OESTE. *Para uma história do Oeste catarinense: 10 anos do Ceom*. Chapecó: Unoesc, 1995. p. 71-110.

QUEIROZ, Maurício Vinhas de. *Messianismo e conflito social: a guerra sertaneja do Contestado (1912-1916)*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1981. (Coleção Ensaios, n. 23).

RELLY, Eduardo. Imigração alemã, ciência imperial e a tradução/colonização de ecologias locais do clima subtropical na América do Sul. *Fronteiras: Revista Catarinense de História*, Chapecó, n. 39, p. 119-136, 25 jan. 2022.

RENK, Arlene. *A luta da erva: um ofício étnico no Oeste catarinense*. Chapecó: Grifos, 1997.

RENK, Arlene. *A luta da erva: um ofício étnico no Oeste catarinense*. 2. ed. Chapecó: Argos, 2006.

RENK, Arlene. *Narrativas da diferença*. Chapecó: Argos, 2004.

SABOYA, Vilma Elisa Trindade de. A Lei de Terras (1850) e a Política Imperial – seus reflexos na Província de Mato Grosso. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 15, n. 30, p. 115-136, 1995.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2006.



SANTOS, Milton. *Pensando o espaço do homem*. 5. ed. São Paulo: EdUsp, 2004.

SCHAMA, Simon. *Paisagem e memória*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SILVA, Altino Bueno da. [Entrevista em Fraiburgo Santa Catarina]. [Entrevista cedida a] Marlon Brandt. [Chapecó]: Projeto de extensão. Memória histórico-geográfica do Planalto e Oeste de Santa Catarina: imagens e oralidades, 28 set. 2005.

SILVA, Ana Maria Pedroso. [Entrevista]. [Entrevista cedida a] Mirian Carbonera. Chapecó: Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (CEOM), 31 maio 2006a.

SILVA, Rita Fernandes da. [Entrevista em Chapecó]. [Entrevista cedida a] Mirian Carbonera. Chapecó: Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (CEOM), 30 jan. 2006b.

SULSBACH, Ângela Regina. *Os tempos antigos nos Faxinais do Tigre: paisagens e rupturas (décadas de 1920 a 1960)*. 2023, 112 p. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2023.

THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002

WAIBEL, Léo. As zonas pioneiras do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 4, p. 3-36, out./dez. 1955.

WAIBEL, Léo. Princípios da colonização européia no Sul do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 3-66, abr./jun. 1949.

ZIMMERMANN, Bruno. [Entrevista em Pinhalzinho]. [Entrevista cedida a] Andressa Krieser Bauermann. [Chapecó]: Projeto de extensão Memória histórico-geográfica do Planalto e Oeste de Santa Catarina: imagens e oralidades, 6 ago. 2017.

Agradecimentos

A pesquisa contou com os auxílios das seguintes agências de fomento: CNPq (401533/2022-0, Chamada 26/2021 - 409340/2021-9 Chamada 4/2021-310850/2021-5); FAPESC (Edital 12/2020 - UNI2020121000338 e 16/2021 - UFF2021331000005); UFFS (PES-2021-0553, PES-2022-0276, PES-2023-0230, PES-2023-0046, PES-2023-0025 e PES 2023-0031, PES-2023-0044, e PES-2023-0045).



Notas

¹Doutor em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professor do Programa de Pós-graduação em História e do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal da Fronteira Sul. E-mail: marlon.brandt@uffs.edu.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0392-4167>.

²Doutora em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professora do Programa de Pós-graduação em História e do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: samira.moretto@uffs.edu.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5276-2512>.

³Dentre as diversas companhias colonizadoras que atuaram no Oeste de Santa Catarina a partir da década de 1920, podemos destacar algumas delas pela extensão territorial das concessões, como a *Brazil Development and Colonization Company*, com sede em Portland (EUA), atuando em Cruzeiro/Joaçaba e Chapecó; Empresa Colonizadora Luce, Rosa & Cia, com sede no Rio Grande do Sul e área de atuação em Cruzeiro/Joaçaba e Concórdia; Sociedade Territorial Mosele Eberle, Ahrons & Cia, com sede no Rio Grande do Sul e atuação em Cruzeiro/Joaçaba. Mais ao Oeste, encontrava-se a Irmãos Lunardi, com sede no Rio Grande do Sul e Empresa Colonizadora Ernesto Bertaso, com sede no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, ambas atuando em Chapecó, e Companhia Territorial Sul Brasil, com sede no Rio Grande do Sul e área de atuação na porção oeste de Chapecó. Mais próximos à fronteira com a Argentina, atuavam a Empresa Chapecó-Peperi Ltda., Barth Benetti & Cia Ltda., e *Volksverein für die deutschen Katholiken* in Rio Grande do Sul, todas com sede no Rio Grande do Sul (Nodari, 2009).

⁴O termo “caboclo” para autores como Délcio Marquetti e Juraci Brandalize Lopes da Silva (2016, p. 109) designa “um dos habitantes das fronteiras do sul do Brasil, que aí vive desde o período anterior à chegada dos colonizadores de origem europeia”. Mesmo que, como aponta Paulo Pinheiro Machado (2004, p. 48), “não haja uma conotação étnica nesta palavra, frequentemente o caboclo era mestiço, muitas vezes negro. Mas a principal característica desta palavra é que distingue uma condição social e cultural, ou seja, são caboclos os homens pobres, pequenos lavradores posseiros, agregados ou peões”.

⁵Autores como Gilmar Arruda (2000, p. 165) apontam que o sertão “não tem uma origem geográfica precisa nem remete a um determinado local. Grosso modo, representa muito mais um aspecto simbólico de lugar distante, deserto e despovoado do que uma localização determinada, embora possa ser remetido, em algumas regiões, a lugares específicos”. É possível, assim, afirmar que “sertão é uma descrição da natureza, uma paisagem, ou muitas paisagens com o mesmo nome” designando diversas realidades físicas, geralmente caracterizadas pela ausência de algo, que para Waibel, no caso, seria a “civilização”.

⁶Denominação também dada ao território contestado entre o Paraná e Santa Catarina, após o acordo de limites firmado em 1916.